



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

DESPACHO N.º 92-PR/2022

Nomeação de Dirigente de direção intermédia de 1.º grau para provimento de um lugar de Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças

Através do Aviso n.º 17716/2022, publicado em Diário da República n.º 176, de 12 de setembro de 2022, na Bolsa de Emprego Público e no Correio da Manhã de 20 de setembro de 2022, foi aberto o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau de Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, da Câmara Municipal da Figueira da Foz.

Em sede de apreciação de candidaturas e aplicação dos respectivos métodos de selecção, verificou-se que a candidata, **Ana Sofia Ruivo Canas**, reúne condições, no que respeita à qualidade da experiência profissional, às competências técnicas e à aptidão para o exercício do cargo a prover, com vista ao prosseguimento das atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

Sendo assim, no uso da competência que me é conferida pela alínea a), do n.º 2, do artigo 35.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (na sua actual redacção), nos termos do n.º 9, do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro (na sua actual redacção) e nos termos da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto (na sua actual redacção), que procedeu à adaptação à administração local da lei, que aprova o Estatuto de Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, **nomeio em comissão de serviço, pelo período de três anos, a Técnica Superior, Ana Sofia Ruivo Canas, no cargo de Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, da Câmara Municipal da Figueira da Foz.**

A presente nomeação produz efeitos à data de 17 de novembro de 2022.

Divulgue-se e publique-se no Diário da República, 2.ª Série.

Paços do Município da Figueira da Foz, 17 de novembro de 2022.

O Presidente da Câmara Municipal

Pedro Miguel de Santana Lopes

Anexo:
Nota Curricular



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

1. Dados Pessoais

- Nome: Ana Sofia Ruivo Canas
- Data de nascimento – 02/09/1975

2. Formação Académica

- Licenciatura em Direito
- Pós-graduação em Direito dos Contratos
- Pós-graduação em Direito Bancário, Bolsa e Seguros
- Competências teórico-práticas adquiridas e conferidas por certificados de formação profissional e de participação em ações de formação, seminários, encontros, entre outros, na área.

3. Experiência profissional

- De 4 de dezembro de 2000 a 31 de março de 2003 exerceu funções de Técnica Superior, na área de Direito, na Divisão Jurídica do Município da Figueira da Foz;
- Em 1 de abril de 2003 ingressa na carreira de Técnico Superior, área de Direito, do mapa de pessoal do Município de Ílhavo, desempenhando várias funções até 29 de fevereiro de 2012;
- Em 24 de setembro de 2004 é nomeada Notária Privativa;
- Em 14 de junho de 2005 é nomeada Oficial Público;
- De 30 de junho de 2006 a 30 de junho de 2010 é a Responsável do Serviço de Apoio Jurídico;
- De 1 de julho de 2010 a 29 de fevereiro de 2012 é a Responsável pelo Gabinete de Apoio Jurídico, Notariado e Execuções Fiscais;
- De 1 de março de 2012 até 31 de dezembro de 2013 exerce funções de Chefe da Divisão de Recursos Humanos do Município da Figueira da Foz;
- De 3 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013 é a Responsável da Divisão Jurídica de Contencioso;
- Em 27 de janeiro de 2014 é designada Secretária das reuniões da Câmara Municipal;
- De 1 de janeiro de 2014 até 31 de agosto de 2020 exerceu funções de Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos;
- De 1 de setembro de 2020 a 28 de fevereiro de 2021 exerceu funções de Técnica Superior, na área de Direito, no regime de mobilidade interserviços na Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos;
- De 1 de março de 2021 a 22 de setembro de 2021 exerceu funções de Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos, em regime de substituição, no Município da Figueira da Foz;
- De 23 de setembro de 2021 a 5 de maio de 2022 exerceu funções de Chefe da Divisão de Administração Geral e Recursos Humanos, no Município da Figueira da Foz;
- Desde 6 de maio de 2022 até ao presente, exerce funções de Diretora do Departamento de Administração Geral e Finanças, em regime de substituição, no Município da Figueira da Foz.

4. Formação Profissional Relevante, entre outras:

- Ação de formação| Orçamento de Estado (2021, 2019, 2018 e 2017) Implicações ao nível da Gestão de Recursos Humanos na Administração Local;
- Plataforma Eletrónica de Procedimentos Concursais;



MUNICÍPIO DA FIGUEIRA DA FOZ
CÂMARA MUNICIPAL

- Alterações ao Regime dos Trabalhadores da Função Pública;
- A Revisão do Código dos Contratos Públicos;
- Transferência de Competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais;
- Novo Regime Jurídico das Autarquias Locais e Estatuto das Entidades Intermunicipais;
- Curso de Gestão Pública na Administração Local – GEPAL;
- Licenciamento Zero;
- Igualdade de Género para Políticos, Dirigentes, Coordenadores de Equipas e de Serviços, Técnicos Superiores e Chefes de Secção;
- Empresas Locais e Sociedades Comerciais Participadas;
- Organização dos Serviços das Autarquias Locais: articulação com o Estatuto Pessoal Dirigente;
- Seminário: *Estatuto Pessoal Dirigente*;
- Entrevista Avaliação de Competências;
- Seminário sobre *Contratação Pública*;
- Plataforma Eletrónica de Contratação Pública;
- Apresentação e divulgação de plano de ação – Serviços de Atendimento Integrado, Contratação Pública Eletrónica, Gestão e Tramitação Documental e Sistemas de Informação Geográfica;
- Código dos Contratos Públicos;
- Elaboração de Contratos por Oficial Público;
- Fiscalização Prévia do Tribunal de Contas;
- Notariado Privativo e Registo Predial;
- Regime Disciplinar na Administração Pública;
- Notariado Privativo – Nível Avançado;
- Gestão Prática Conflitos;
- Execuções Fiscais – Nível IV;
- Gestão Técnica de Recursos Humanos;
- Técnicas de Conduções de Reuniões;
- Regime Jurídico de Contraordenações;
- Regime Jurídico de Despesas Públicas - Aquisição de Bens e Serviços – Nível IV;
- Regime Jurídico de Férias, Faltas e Licenças – Nível III;
- Execução, Perequação de Benefícios e Encargos e Expropriações dos Planos.